

## Ao Ilustríssimo Oficial do 9º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte-MG.

Nome: \_\_\_\_\_, nacionalidade: \_\_\_\_\_, Portador(a) da carteira de identidade \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, estado civil: \_\_\_\_\_, convive em união estável: (        ) Sim (        ) Não, profissão: \_\_\_\_\_, filho (a) de: \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na \_\_\_\_\_, número \_\_\_\_\_, no bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_ telefone(s) \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_,

\*Dados necessários conforme Provimento nº 61/2017/CNJ

Venho requerer a este Serviço que seja praticada a ordem determinada no mandado judicial aqui apresentado, declarando na forma e nos termos do art. 20, § 1º, da Lei nº 15.424, para fins de isenção dos respectivos emolumentos e taxa de fiscalização judiciária incidentes sobre o ato acima descrito, que sou pobre no sentido legal e que não paguei honorários advocatícios no processo judicial ou administrativo do qual emanou o ato a ser praticado, bem como declaro-me ciente de que a falsidade da presente declaração implicará responsabilidade civil e criminal (art. 299 Código Penal).

Declaro também que tenho ciência de que o Oficial poderá solicitar a apresentação de documentos que comprovem os termos da presente declaração, em conformidade com o art. 140 do Provimento 93/2020 da CGJ/MG.

*Em observância ao disposto no Art. 4º, §2º, do Provimento 61 de 2017 CNJ, declaro que desconheço/não possuo os dados de qualificação não fornecidos neste Requerimento e/ou nos documentos apresentados.*

Declaro ter ciência de que meus dados pessoais serão coletados, recepcionados, armazenados e/ou arquivados e tratados por esta serventia conforme determinações vinculadas a Lei 13.709/2018 – *Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD*.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte - MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura(s) do(s) requerente(s)

### OBSERVAÇÕES:

O requerimento deverá ser apresentado com firma reconhecida, sendo dispensado o reconhecimento de firma em caso de assinatura presencial.

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.